

## LUGARES, ATORES, VALORES: TRÊS TÓPICOS PARA A DISCUSSÃO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL HOJE

*Maria Cecília Londres Fonseca  
Doutoranda em Sociologia — UnB*

**U**m dos indícios de que o patrimônio cultural não é mais objeto de interesse apenas das agências oficiais e de um número restrito de intelectuais, e de que passou, nos últimos anos, a ser um tema relevante para a sociedade é, entre outros, o número de publicações dedicadas a esse assunto. Estou me referindo à Europa, entenda-se, e mais especificamente à França, mas acredito que a referência a esses textos pode servir para refletirmos sobre as políticas de preservação no Brasil hoje - e não apenas para intensificar nosso velho sentimento de inferioridade em relação aos países do Norte.

A relação entre memória, identidade e patrimônio se inscreve atualmente na questão mais ampla da cidadania. Essa abordagem tem deixado em segundo plano a compreensão dos bens culturais como "documentos de identidade da Nação", predominante até os anos setenta, e indica a emergência de novos atores na construção dos chamados "patrimônios históricos e artísticos nacionais".

Em 1970 a UNESCO incluiu os direitos culturais entre os direitos humanos, o que também ocorreu na Constituição brasileira de 1988 (art. 215). Desde então, as políticas culturais têm se empenhado em traduzir essa expressão na forma de propostas e de iniciativas. Por exemplo, foi em torno do conceito de "cidadania cultural" que a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, na gestão da prefeita Luisa Erundina, elaborou seu programa de trabalho. Cabe, no entanto, indagar em que medida essa questão pode ser incorporada à sociedade brasileira e, especificamente no caso da preservação de bens culturais, se aqui - à semelhança do que vem ocorrendo na França - se verifica uma disseminação, junto à sociedade, do interesse pelo patrimônio cultural, que passaria a ter relação com a vida política e a vida econômica dos cidadãos. Na Europa basta lembrar, nesse sentido, o vulto dos investimentos feitos pela CEE na área do patrimônio, sobretudo em países recém-admitidos, com alto potencial turístico mas com infra-estrutura precária (para os padrões europeus), como Espanha, Portugal e Grécia.

Neste artigo vou me deter no fenômeno que foi mencionado no primeiro parágrafo para, a partir de uma rápida análise de títulos que acabaram de ser lançados na França, refletir, numa perspectiva comparativa, sobre a mesma problemática no Brasil.

No final de 1992 terminaram de ser publicados os três últimos volumes da série *Les lieux de mémoire* (Paris, Gallimard, 1984-1992), organizada pelo historiador Pierre Nora, reunidos sob o título de *Les France*. Elaborada nos mesmos moldes de um sucesso editorial recente, *La vie privée*, do também historiador Philippe Ariès, mas dedicada a um tema mais específico, a repercussão dessa publicação provocou surpresa em seus editores não só pela rapidez das vendas como pela vulgarização da expressão *lieu de mémoire*, já incorporada ao vocabulário quotidiano dos franceses.

Para Nora, que elaborou esse conceito no final dos anos setenta, a noção de *lieu de mémoire* não se confunde com a noção tradicional de patrimônio nacional, forjada durante a Revolução Francesa. Pelo contrário, ele parte da constatação de que, a partir do último quartel deste século, ocorre na França o esvaziamento gradativo da memória nacional, de que os patrimônios históricos e artísticos eram considerados uma expressão material. Diz Nora: "O fim da memória-história multiplicou as memórias particulares, que reivindicam sua própria história"(p.XXIX). Essas memórias estão cristalizadas em "lugares", eletivamente constituídos pelos grupos sociais, que se transformaram em símbolos. Nora entende que esses "lugares" não são apenas expressões materiais: podem ser representações do tempo (calendários), festas, celebrações, linhagens, regiões, etc.

A noção de memórias particulares tem um sentido muito peculiar na França, país de modelo centralizador de Estado, que sempre conjurou, ou folclorizou, em nome da unidade nacional, sua diversidade. Para Nora e seus colaboradores é pois, em nome de um interesse atual, de uma necessidade de repensar o país, que os particularismos passam de ameaça a objeto de memória coletiva. Nora refere-se à França atual como uma "nação sem nacionalismo"(*La Nation III*, 652), que procura constituir sua identidade por meio da "memória-patrimônio". Trata-se, pois, de reescrever a história de um novo ponto de vista, "como se a França deixasse de ser uma história que nos divide para se tornar uma cultura que nos une"(*Les France I*, 29). O empreendimento, no entanto, não é exportável, advertem os comentadores da obra: em países culturalmente distintos, que tiveram outra trajetória, como a Inglaterra, esses lugares provavelmente seriam de outra natureza: os esportes, os jardins, a família real, etc.

Caberia falar, no Brasil, em "lugares de memória" que não coincidissem necessariamente com os bens inscritos nos Livros do Tombo do SPHAN? Qual a representatividade e a significação do "patrimônio histórico e artístico nacional" para os diferentes grupos - étnicos, classes sociais, estratos profissionais, etc - que compõem a sociedade brasileira? À primeira vista, ante essa indagação, certamente nos ocorrem o samba, o carnaval e o futebol como manifestações que se converteram em símbolos "não-tombados" do Brasil. Mas essas manifestações culturais, hoje nacional e internacionalmente reconhecidas como a "cara do Brasil", foram apropriadas de formas bastante distintas pelos inúmeros atores que contribuíram para convertê-las em símbolos da

nacionalidade. O carnaval, por exemplo, de manifestação espontânea de grupos urbanos, passou para o controle do Estado (por meio da RIOTUR), depois dos banqueiros de bicho, da Rede Globo, das firmas patrocinadoras, etc.

Uma decorrência da noção de "lugares de memória" - mas que não foi objeto específico das pesquisas de Nora e de sua equipe - é portanto, a identificação dos diferentes atores que elegem, conservam e perpetuam os bens considerados símbolos da nacionalidade. Esse é o tema do livro de Jean-Michel Léniaud, intitulado *L'Utopie française - essai sur le patrimoine*, (Paris, Mengès, 1992).

Léniaud considera que atualmente a Nação francesa corre perigo, comprimida entre a comunidade européia unificada e as diversidades locais. Paralelamente a essas ameaças há a influência e o poder dos meios de comunicação de massa. Essa nova situação afeta também a gestão do patrimônio cultural francês, instituído pela Revolução e ampliado pelos sucessivos governos. Logo, questão de Estado, fundamental para a construção da Nação. Durante praticamente dois séculos, os construtores quase que exclusivos do patrimônio nacional na França foram os agentes oficiais, de Guizot e Mérimée a Malraux e Jack Lang. Mas, diz Léniaud, cabe indagar se o Estado, que foi o criador do credo patrimonial, ainda o é atualmente. A propósito, o "Estado cultural" francês é objeto de uma análise contundente no livro do mesmo nome de Marc Fumaroli (*L'État culturel*. Paris, Fallois, 1991). Nesse sentido, penetrando a fundo na administração cultural francesa, de onde é oriundo, Léniaud faz uma verdadeira radiografia das políticas de patrimônio. Sobre seus objetivos, diz :

*Ao mesmo tempo em que o Estado se afastou, apareceu o povo; ao mesmo tempo em que a religião do Estado se atenuou, aparece uma floração de novos cultos, desordenada porém poderosa, que vem preencher os espaços vazios. O museu da máquina de costura já surge ao lado de Versailles, o museu do iogurte, a ser criado, rivalizará com o Arc de la Défense, promovido hoje a patrimônio, antes mesmo de ter sido concluído. É essa mudança de cenário e de atores que quero analisar. (p.8)*

O que as comemorações do Ano do Patrimônio - 1980 - vieram demonstrar, surpreendendo os agentes oficiais, foi a mobilização da sociedade francesa para a questão: naquele ano foi possível contabilizar cerca de seis mil associações em todos os domínios do patrimônio. Quatro anos depois, essas associações conquistavam representação nos organismos oficiais através da criação das Comissions Régionales du Patrimoine Historique, Artistique, Archéologique et Ethnographique (COREPHAAE). Outro fato importante na linha da descentralização foram as mudanças na legislação de urbanismo, conferindo mais poderes aos prefeitos. Como observa Léniaud, "além da ampliação do

campo do patrimônio e da banalização dos motivos de intervenção, ocorreu uma terceira evolução: os operadores do patrimônio se multiplicaram"(114)

Essa constatação nos remete de volta à constituição dos "lugares de memória" (que não se restringem, como é o caso dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, a bens de valor histórico ou artístico comprovado por documentação ou autoridade competente): como gerir os interesses múltiplos e muitas vezes conflitantes na preservação atualmente? O que selecionar, que critérios adotar, que grupos privilegiar? Essas são questões que Léniaud levanta no final de seu livro, constatando que atualmente o Estado na França não tem uma política patrimonial. Para ele, no entanto, a esperança reside justamente na entrada em cena de novos atores.

Se no caso francês o Estado foi "pego de surpresa pela explosão patrimonial"(115) e se, segundo Léniaud, a dificuldade atualmente é de como lidar com esse dinamismo, no Brasil as políticas de preservação tiveram, nos anos 1970-1980 uma trajetória diferente. Em função de problemas acarretados pela urbanização e pela industrialização aceleradas, e do interesse no potencial turístico dos monumentos e centros históricos, os próprios agentes oficiais, até então ciosos de sua autonomia na administração pública brasileira, passaram a recorrer à ajuda externa: à cooperação internacional, de um lado, servindo-se da UNESCO, e a uma maior participação de estados e municípios com a criação das Secretarias estaduais e municipais de Cultura. A par dessas iniciativas são criadas, na década de setenta, instituições que se propõem como supletivas em relação ao SPHAN: o Programa das Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

No regime autoritário que se vivia então no Brasil, as grandes questões que mobilizavam a sociedade giravam em torno da reconquista dos direitos civis: a luta pela anistia, pela liberdade de expressão, por eleições diretas, etc. A questão do patrimônio, que nos anos 1930-1940 fora institucionalizada pelo Estado Novo com amplo concurso dos intelectuais modernistas, não havia, até aquele momento, se convertido em uma questão politicamente relevante para a sociedade, embora tenha voltado, no final dos anos setenta, a ocupar espaço no Estado com uma reestruturação institucional - que culmina com a criação da Secretaria da Cultura, no MEC - e com o surgimento de um discurso novo, em que se busca conciliar cultura e desenvolvimento e se propõe uma democratização da política cultural. Entretanto, quase dez anos mais tarde, por ocasião da Assembléia Constituinte, quando foram abertos canais de consulta popular sobre a cultura, a presença do tema patrimônio nas manifestações da sociedade foi praticamente inexistente.

Foi, portanto, por iniciativa dos novos agentes (cientistas sociais, antropólogos, educadores, etc) que compunham o corpo técnico das instituições recém-criadas, nelas buscando um espaço de resistência e de atuação em favor dos interesses de grupos sociais marginalizados, que foi elaborado, em 1981, o documento *Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC*. Nesse documento, se propõe que "se busquem meios para que a comunidade

possa deter não só o uso e o benefício, mas também o gerenciamento da produção e da preservação dos bens culturais que produz ou de que está próxima, com o apoio dos órgãos competentes para a efetivação deste trabalho."

Logo, se na França a democratização da questão do patrimônio se deveu, em grande parte, a uma mobilização da sociedade, a que o Estado procurou responder reorientando sua política cultural no sentido de adequá-la às demandas de uma sociedade de massa - sendo os efeitos dessa mudança analisados com olhos bastante críticos por autores como Fumaroli e Léniaud - no Brasil a proposta de democratização tinha nítida conotação política, visando a colocar a política cultural a serviço dos grupos até então não atendidos por essa política. Como se expressou essa proposta na prática de preservação? Que novos atores sociais passaram a se mobilizar para a questão? Como se conciliou - ou não - a "tradição" do SPHAN com essa nova orientação? Essas são indagações fundamentais para a compreensão desse período ainda pouco estudado.

Por outro lado, a entrada de novos atores no cenário das políticas de preservação corresponde, em todas as latitudes, a uma mudança no processo de atribuição de valores aos bens que integram o patrimônio, tradicionalmente selecionados por seu valor histórico ou artístico, e, sobretudo, enquanto representações da nacionalidade. A análise das origens e da evolução dos conceitos de monumento, monumento histórico e patrimônio, e a reflexão crítica sobre o papel do patrimônio na era da indústria cultural são os temas do livro da arquiteta e historiadora Françoise Choay, *L'allégorie du patrimoine*, (Paris, Seuil, 1992).

Para Françoise Choay, se a noção de monumento se aproxima de um "universal cultural", a noção de monumento histórico, sobre a qual se formaram os patrimônios históricos e artísticos nacionais, começa a ser elaborada na Europa a partir do Renascimento, com a autonomização das idéias de "arte" e de "história". Prefaciadora da tradução francesa do livro fundamental do austríaco Alois Riegl, *Le culte moderne des monuments*, (Paris, Seuil, 1980) publicado em alemão em 1903, Choay procura, a partir da reflexão extremamente instigante e atual de Riegl, fazer a crítica das políticas de preservação que não levam em conta o contexto e a trajetória da noção de monumento histórico e do conjunto de valores que lhe são atribuídos. Diz ela:

*O sentido do monumento histórico caminha com dificuldade. Essa noção não pode ser desvinculada de um contexto mental e de uma visão de mundo. Adotar as práticas de conservação dos monumentos históricos sem dispor de um quadro histórico de referência, sem atribuir um valor particular ao tempo e à duração, sem haver situado a arte na história, é algo tão desprovido de significação como praticar a cerimônia do chá ignorando o sentimento japonês sobre a natureza, o xintoísmo e a estrutura nipônica das relações sociais. Daí os*

*entusiasmos que multiplicam os contra-sensos ou dissimulam os álibis. (21).*

Por esse motivo, o empreendimento de Françoise Choay não visa apenas "fazer história", mas se propõe como reflexão indispensável para "pôr o patrimônio histórico construído no centro de uma reflexão sobre o destino das sociedades atuais." (24) Ou seja, o patrimônio considerado não como "objeto de uma pesquisa histórica, mas como o tema de uma alegoria." (25). A ampliação da noção de patrimônio atualmente, devido à predominância do que Riegl denominou valor de ancianidade (ou seja, o bem vale enquanto mero testemunho do passado) sobre as noções tradicionais de valor artístico e de valor histórico (disciplinarmente regulamentadas), leva a autora a indagar:

*Para que poderia servir o patrimônio constituído sob a égide do valor de ancianidade, senão para compor uma representação fabulosa de nós mesmos, enquanto inventores contínuos de todos esses objetos, cujo sentido e cuja função ainda não foi possível compreender? (188)*

Dessa postura defensiva - no sentido de nada deixar perder e de tudo nivelar enquanto patrimônio - é necessário passar a uma posição crítica, o que não significa um retorno às concepções tradicionais de valor artístico e de valor histórico. Se para F. Choay essa crítica visa a recuperar especificamente uma "competência de edificar", pode-se, por extensão, tentar imaginar o que seria uma "competência simbólica" do patrimônio hoje.

No Brasil, a Constituição de 1988, seguindo a linha do documento *Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC*, já citado, ampliou consideravelmente a noção de patrimônio cultural, conforme está expresso nos artigos 215 e 216. Nos anos oitenta, ao conjunto de bens até então tombados, em que predominavam igrejas, solares e palácios, fortificações, algumas edificações rurais (sobretudo sedes de fazendas e engenhos), construídas até o final do século XIX, foi acrescentado um número significativo de bens do século XX, de produtos da tecnologia industrial (caixas d'água, fábricas, obras de arquitetura em ferro, etc.), além de documentos da presença negra no Brasil (a Serra da Barriga e o Terreiro da Casa Branca) e dos diferentes grupos de imigrantes (Casarão do Chá, SP, testemunho da imigração japonesa; Casa Presser, RS e Casa do Professor e Escola Rural, SC, testemunhos da imigração alemã; cidade de Antônio Prado, RS, testemunho da imigração italiana). A que fatores se devem, no Brasil, as mudanças na política de preservação? A que imagem de Nação corresponde essa diversificação na constituição do patrimônio? E, embora os bens continuem sendo tombados basicamente por seu valor histórico ou artístico, como são entendidos hoje esses valores pelas instâncias oficiais que efetuam os tombamentos? E que valores lhes são atribuídos pelos grupos cujas identidades esse novo critério de seleção deveria representar?

A essas questões genéricas se junta o problema prático, mas crucial no Brasil, face aos parcos recursos de que dispõe a área da cultura, de definir prioridades para a conservação e restauração dos quase mil bens inscritos nos Livros do Tombo.

Se no Brasil, como na França, também não dispomos atualmente de uma política de preservação clara, o contexto em função do qual essa definição deve ser buscada é bastante distinto. Apesar da proposta de democratização formulada no final dos anos setenta, e ratificada na Constituição de 1988, a questão do patrimônio continua a mobilizar apenas grupos restritos da população, embora seja possível constatar, nos meios de comunicação, sobretudo na imprensa, a abertura de algum espaço para o tema. No entanto, é evidente que o quadro de referências dos anos 1970-1980 deve ser repensado, sobretudo em relação a uma política federal de preservação. Em um momento em que à consciência mais difundida que nunca dos direitos da cidadania se alia a constatação, na realidade brasileira, da resistência não só de carências educacionais básicas, como da fome e da miséria, além de um sentimento generalizado de falência do Estado, impossível deixar de se questionar como articular essas diferentes dimensões em torno de um tema tradicionalmente infenso a outras preocupações que não as estritamente culturais.

Talvez, como observa Léniaud em relação à França, a resposta passe pela atenção que se deva dar aos discursos e iniciativas dos novos atores - reduzidos, no Brasil, mas muitas vezes exemplares ao nível de atuação local. E aos agentes federais restaria - o que pode ser mais que suficiente - tentar enfrentar sem receio ou falsas ilusões o desafio de repensar sua função e a das instituições a que pertencem.